

# Muito além da Tevê Globo

No DIA 10 de março de 1993, em Londres, divulgava-se pela primeira vez no exterior, as imagens de um documentário produzido por Simon Hartog intitulado Brasil: Beyond Citizen Kane. Poucos dias depois, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo, graças a uma cópia pirata obtida diretamente em Londres por uma telespectadora, fazia uma dupla apresentação do documentário, programando-se novas projeções para os dias 3 e 4 de junho. Contudo, na noite do dia 2, um telefonema do Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, Ricardo Ohtake, dirigido ao programador do MIS, jornalista Geraldo Anhaia Mello, cancelava aquelas apresentações. Formava-se, imediatamente, uma espécie de cadeia pirata em todo o país – novas cópias do vídeo foram produzidas e distribuídas Brasil a fora, e alguns dos principais sindicatos começaram a programar a exibição do documentário. As versões sobre a proibição variam: Ohtake garante que não havia porque proibir, a não ser pelo fato de se tratar de uma fita pirata. Anhaia, ao contrário, acusa diretamente a intervenção de Roberto Marinho, a subserviência do governador de São Paulo de então e do seu Secretário de Cultura. Há consenso, porém, numa coisa: não fora esse episódio e talvez o filme – que no exterior provocava batalha jurídica de mais de um ano da Globo contra o Canal 4 da BBC, tendo a Globo perdido a causa – não se tornasse tão conhecido, tão debatido, tão comentado quanto foi então. O processo se completa agora: a editora Scritta acaba de publicar a transcrição do roteiro do documentário, ilustrado por algumas de suas imagens. A edição traz um depoimento do próprio Geraldo Anhaia de Mello, responsável pela mesma. Do ponto de vista brasileiro, é o mais recente, e felizmente já relativamente antigo episódio de tentativa de censura em nosso país. É claro, contudo, que a questão vai mais além do que isso, porque envolve a discussão em torno da própria política nacional de comunicações e, muito especialmente, os

**Antonio Hohlfeldt**

Professor FAMECOS/PUCRS  
Doutorando em Letras/PUCRS

---

critérios pelos quais se concedem, mantém e renovam as concessões de canais de rádio e, sobretudo, de televisão.

O título – Muito Além do Cidadão Kane – tal como se traduziu o livro que agora se lança, faz alusão direta à personagem criada por Orson Welles, em seu famoso filme, por seu lado referência direta ao magnata das comunicações dos Estados Unidos, William Randolph Hearst, cuja filha, décadas depois, envolver-se-ia com a guerrilha urbana. Na época, Hearst constituía-se em verdadeiro mito, e o filme de Welles tornou-se uma das dez obras-primas cinematográficas. *Beyond Citizen Kane* tem sido normalmente divulgado como sendo o documentário em torno da Televisão Globo e de seu multipoderoso proprietário, Roberto Marinho. Na verdade, a primeira observação que se deve fazer a respeito é que sua atenção se encontra centrada em Marinho e na TV Globo apenas porque ela é a exemplificação mais cabal e radical da experiência da política de telecomunicações brasileira. Simon Hartog, porém, queria ir mais longe, e de fato foi, como o reconhece o próprio Anhaia: o que se pretende é denunciar a maneira palaciana pela qual Marinho ou Bloch, Sílvio Santos ou Saad, cada um pegou a sua fatia. Mais que isso, e certamente os livros que se têm lançado recentemente sobre Samuel Wainer e Assis Chateaubriand bem o evidenciam, Marinho não agiu diferentemente de como agiria qualquer um dos outros dois. Acontece que Marinho foi menos amador que os demais ou, quem sabe, o sistema capitalista no qual se acha hoje inserido o Brasil é mais cínico e eficiente do que aquele, ainda primário, experimentado pelas duas outras personagens. Portanto, o que se deve ter claro, desde logo, é que Marinho não é nem pior nem melhor que Wainer, Chateaubriand, Saad, Bloch ou qualquer outro. Foi, apenas, mais competente e eficiente, alcançando melhores resultados em suas manobras. O episódio que culmina no papel da Globo em nossa realidade, contudo, tem de ser compreendido em sua perspectiva macro, ou seja, enquanto superestrutura social, política e econômica

que viabiliza tais situações, envolvendo desde a ingenuidade de alguns segmentos sindicais e de ativistas de esquerda, que imaginaram democratizar a política de concessões de canais de rádio e televisão quando retiraram a decisão exclusiva do Presidente da República, repartindo-a pelo Congresso Nacional, até os profissionais jornalistas que, a exemplo de Armando Nogueira ou Vianey Pinheiro, só contam as verdades depois que foram despedidos da emissora. Em última instância, é todo o conjunto da sociedade nacional que, de fato, responde por essa situação, na medida em que, conivente, dá à Globo aquilo que ela mais quer: a audiência que lhe garante o poder da influência e negociação junto ao segmento político e administrativo.

Lembremo-nos que, paralelo ao controle censório dos meios de comunicação, a ditadura brasileira de 1964, a partir do Ato Institucional nº 5, em 1968, idealizou uma espécie de movimento compensatório positivo: tratava-se de atender à demanda do segmento da classe média brasileira que, embora nem tão numeroso assim, em termos relativos da população nacional, era suficientemente significativo para a indústria de bens duráveis que então compensava-se instalar no país, cobrindo de quinze a vinte milhões de pessoas e sendo superado, portanto, apenas por alguns raros outros mercados, dentre os quais o norte-americano. De qualquer maneira, justificava-se plenamente qualquer investimento, o que, aliás, é a única explicação para que se compreenda os fenômenos que ameaçam permanentemente o Plano Real, a chamada “bolha de consumo”.

Havia, pois, um duplo movimento – de um lado, o controle censório e, de outro, a cooptação mediante a ampliação das ofertas no mercado de consumo, ofertas essas viabilizadas, em sua divulgação, através de um network tal como a Globo o construiu ao longo dos anos. A Globo estreou no dia 26 de abril de 1965. Na verdade, fora antecedida pelo sinal pioneiro da TV Tupi, em 1950, seguida pela TV Excelsior em 1960. Duas emissoras e dois projetos absolutamente di-

---

versos: a Tupi sucumbiria, em 1980, à queda do próprio império dos Diários Associados. A Excelsior enfrentaria problemas no futuro, não tendo sua concessão renovada, por ter tido a ousadia de resistir à ditadura. Transferida, numa espécie de leilão, para o grupo Bloch e Sílvio Santos, abriria caminho para a TV Manchete e o SBT.

Iniciando-se com um empréstimo duvidoso mediante um ainda mais duvidoso acordo operacional com o grupo norte-americano Time-Life, o que era proibido pela legislação brasileira, a TV Globo aproveitaria, suspeitamente, dois episódios, na aparência negativos, para seu crescimento, para firmar-se e crescer: o primeiro foi, justamente, a decisão do Congresso Nacional em dissolver o acordo da Globo com a Time-Life. Roberto Marinho não reclamou. Pelo contrário. É provável que os norte-americanos, sim, tenham acabado lesados no episódio, mas como sabiam perfeitamente os riscos que corriam, não chiaram.

O outro episódio ocorre em 1969: um incêndio destrói as instalações da Globo em São Paulo. A emissora centraliza o telejornalismo e toda a produção no Rio de Janeiro, graças ao dinheiro obtido pelo seguro, e assim garante a ocupação da magnífica sede do Jardim Botânico. De onde se depreende que Roberto Marinho é, acima de tudo, um excelente empresário e se, num primeiro momento, teve o máximo empenho em dar suporte e manter-se próximo ao segmento que identificava o governo ditatorial, na verdade seu interesse ia bem mais longe: “a Globo não tem uma vocação necessariamente militarista, ou ditatorial, mas ela tem uma vocação governista. Onde tem governo está a Rede Globo” – afirma o documentário, e pode-se verificar que, evidentemente, em sendo necessário eleger o governo, como no episódio Collor de Mello, ou apoiar sua derrubada, desde que isso signifique a garantia de seus investimentos e interesses financeiros, a empresa não titubeia. Claro, contando com cinco estações retransmissoras afiliadas, cobrindo 99,2% do território brasileiro ou 99,9% dos aparelhos

de televisão do país, garantindo uma fatia de 78% da audiência, abocanhando 70 a 75% do total da mídia nacional que, no Brasil, na área de televisão, ultrapassa os 50%, ou seja, mais de dois bilhões de dólares em 1990, a Globo não pode titubear sobre a política de seu interesse.

Se ao governo federal a TV Globo interessa exatamente pelos fanáticos percentuais de audiência que atinge, garantia de que a mensagem governamental chegará ao seu destino, à Globo essa audiência lhe dá um poder de barganha inigualável, transformando-a, literalmente, numa espécie de poder paralelo, maior que um simples quarto poder como se tem conhecido a mídia em geral. Não se trata, porém, da aplicação pura e simples da velha fórmula da teoria do projétil, mecanicista. Dito mais claramente, não é apenas a questão de que a Globo diga o que devemos pensar ou sonhar. Mais grave é o poder de agenda, na acepção do professor Donald McCombs, que torna hoje a Globo altamente perigosa. A Globo diz sobre o que devemos pensar, quais são os temas que devem ou não ocupar nossas preocupações, tendo institucionalizado, para tanto, um discurso tautológico que, estribado na qualidade – “padrão Globo” – na verdade vende sua própria imagem, reforçando-a permanentemente. É o caso típico de programas como Globo Repórter ou Fantástico, as promoções sociais de apelo humanitário que assina, a construção cuidadosa de uma auto-imagem em que a credibilidade é o apelo mais veiculado, mesmo que muitas vezes seja posto em dúvida por outros segmentos sociais. O slogan “Globo e você, tudo a ver” como que institucionaliza a common view, um modo comum de visualizar a realidade, de tal forma que a audiência alcançada, e amplamente divulgada, como que tautologicamente se mescla com o conceito de credibilidade: é como se pudesse garantir que a Globo tem audiência porque tem credibilidade. Assim, mais do que um quarto poder, a Globo se torna um Poder Oculto Supra-Real que substitui outras instâncias das relações sociais, mediante a constante reelaboração daquilo

---

que Muniz Sodré já denominou de “simulacro”, uma super-realidade que distancia de tal forma a realidade original, que simplesmente a retira de qualquer outra referencialidade: ainda que alguém estivesse vendo um certo fato acontecer, só acreditaria nele à medida em que isso fosse focado pelas imagens da televisão.

O mais grave, contudo, é que hoje a própria Televisão Globo começa a se tornar um meio para algo além de si mesma. São mais de cem empresas dirigidas por Roberto Marinho, segundo publicação recente, num total de vinte mil funcionários. Este homem, que se diz jornalista e que começou em 1926, quando seu pai, Irineu Marinho, fundou o jornal O Globo, aos 90 anos de idade, integrante da Academia Brasileira de Letras, é dono de um conjunto de interesses que vão do campo de saúde (com a Golden Cross) ao da própria infra-estrutura da comunicação (como o episódio da NEC, do empresário Mario Garnero), atingindo hoje a televisão por cabo e assim por diante. A Globo também já investiu em emissoras no exterior e atualmente alcança enorme lucratividade com a venda de seus programas a dezenas de países, de Cuba à China, mesmo que gerando problemas com o não-pagamento do chamado direito conexo de imagem, uma das grandes polêmicas atualmente em nosso país.

Muito além do Cidadão Kane, assim, seja em sua versão de vídeo, seja agora na versão que chega ao livro, através do roteiro transcrito, presta ao Brasil esse bom serviço: mais do que falar da Globo, fala-nos sobre os processos e emaranhados que determinam a política de telecomunicações no Brasil. A Globo, na verdade, é apenas uma consequência disso. Se entendermos com clareza tal situação, conseguiremos, quem sabe, nos próximos anos, avançar na solução para esse problema, modificando, passo a passo, a atual legislação. Se isso não ocorrer, de pouco ou nada adiantará o encaminhamento de outros problemas urgentes que o país enfrenta: continuaremos uma nação pela metade e, portanto, também cidadãos pela metade .

## Referência Bibliográfica

MELLO, Geraldo Anhaia. Muito além do cidadão Kane. São Paulo: Scritta Editorial, 1994.